

Pronunciamento de Padre Vilson Groh durante a Cerimônia de Outorga do Título de Doutor Honoris Causa, concedido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

*15 de dezembro de 2025, no Auditório Garapuvu -
Departamento de Cultura e Eventos, Florianópolis.*

Agradeço ao reitor Prof. Doutor Irineu Manoel de Souza e ao [Conselho Universitário \(CUUn\)](#), pelo título de Doutor Honoris Causa. Muito mais do que se declarar antirracista, é necessário termos práticas antirracistas no dia a dia. Neste sentido, quero dizer que ontem, dia 14 de dezembro de 2025, às 08 horas, eu estava no cemitério do Itacorubi para fazer o funeral do [Hudson Pinheiro Martins Cipriano](#) — que morreu assassinado pela Polícia Militar, por ser negro, pobre e morador do Alto da Queimada, em Florianópolis — olhando seu rosto tão jovem ainda, tão cheio de sonhos, menino trabalhador e estudante. Portanto, quero trazer esse título aos 40 mil jovens que, neste Brasil, são assassinados anualmente. Eles têm rosto, territórios, sonhos, pais e, fundamentalmente, mães. Quero, também, dedicar este título ao grupo de mães que nós organizamos, resistentes e corajosas, que lutam e compartilham um pouco o dom das suas vidas, das suas angústias de terem perdido seus filhos tão cedo, assassinados nas periferias de Florianópolis, pelo processo repressivo onde o Estado ainda não se faz presente com suas políticas públicas. Por isso, meu repúdio a essa dimensão nefasta da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina de aprovar [o fim das cotas raciais](#), instrumento importantíssimo de acesso de jovens negros e negras às universidades. Dedico,

igualmente, esse título à Rede IVG, pela quantidade de jovens meninos e meninas, negros e negras, que já entraram nessa universidade. Cota é fundamental, por ser uma questão de repensar a justiça social na diminuição da desigualdade social, olhando para os milhões de homens e mulheres negros e negras neste país, que já ultrapassa o índice da população branca. Faço aqui, também, a dedicação deste título aos terreiros de candomblé e de umbanda da Grande Florianópolis, na figura da [Dona Claudete](#), que hoje tem 88 anos, que foi a minha grande mestra — negra, mãe de santo, lutadora — a pessoa que me acolheu na periferia desde o primeiro dia e se tornou a minha mestra no momento em que eu adentrei os terreiros e comecei a conhecer a minha ancestralidade, o sagrado e os orixás. Nesse aspecto, penso que a tolerância não é apenas tolerar; tolerância é aprender a conviver e a viver como diferente. Quero dedicar esse título, ainda, a todas as mulheres negras, principalmente as matriarcas do Monte Serrat, onde eu atuo, pois todos os dias essas mulheres me ajudam a me despojar da minha branquitude, para eu entrar numa outra cultura, outros valores e tanta riqueza apreendida ao longo do caminho. Quero dedicar esse título a todos aqueles e aquelas que lutam diariamente, que reconstroem seus projetos de vida e que, ao mesmo tempo, são capazes de olhar a pluralidade nesse país, ter um amplo respeito e ajudar a construir os processos democráticos. Não podemos abrir mão da democracia, não podemos abrir mão de décadas construindo esse país através dos movimentos sociais: das mulheres, do movimento sem terra, do movimento LGBTQIA+ e todos os movimentos, que começaram a criar estrutura de voz na construção dos processos coletivos. Dentro desse processo, é necessário que a gente discuta cada vez mais o papel do Estado democrático brasileiro e suas políticas públicas, que deverão alcançar as periferias. Ao longo desses 44 anos nas periferias da Grande Florianópolis, na articulação das redes, na edificação das pontes, vejo que a justiça social não é dádiva, não é assistencialismo. A justiça social é a capacidade de um filho de um trabalhador da periferia chegar à universidade e estudar, lado a lado, com o filho

da classe média. Construir a justiça social é construir um Estado de direito democrático que represente a população inteira: empobrecida, rica, negra, branca, indígena, contemplada nos orçamentos públicos e nos processos políticos. É, fundamentalmente, necessário repensar a base das assembleias legislativas, das câmaras de vereadores e instâncias federais para que possamos reaprender a fazer políticas públicas e discutir o papel desse país. Quero trazer também a dimensão desses 44 anos pisando nos solos da periferia e da UFSC — ambos fazem parte da minha vida, da minha pesquisa e da minha maneira de pensar. E ressalto, a periferia está na nossa frente: 40 mil homens e mulheres habitam na frente da universidade e, às vezes, a distância parece tão longe. É de suma importância a UFSC, cada vez mais, abraçar a realidade das periferias, dando condições, argumentação e trabalhando as pesquisas, para que elas possam se tornar instrumento de transformação e formação de sujeitos. Nesse sentido, quero enaltecer uma professora que foi a grande orientadora e amiga, [Telma Anita Piacentini](#), a primeira mulher a escrever um livro sobre educação popular a partir da sua experiência no Morro da Caixa e no Continente. Sua tese sobre o brincar tem contribuído na direção da educação popular. Precisamos recuperar Paulo Freire e, sem dúvidas, autores negros e negras — uma forma de desconstruir a nossa branquitude. É fundamental que a vida na periferia e nos terreiros faça parte das leituras e histórias. Quero trazer também a dimensão da estudante Catarina Kasten, vítima de feminicídio, alertando para a urgência de romper com machismo e criar relações de respeito. Convido novamente essa bela instituição, a UFSC, a não perder a perspectiva de tornar-se produtora de conhecimento que embase as organizações e os movimentos populares nos processos transformadores. Todas as falas que me antecederam trouxeram a importância de devolvermos esse conhecimento à sociedade e se perguntar todos os dias: para que e quem produzimos tanto conhecimento? E, por último, agradeço ao meu mestre; de quem sou seguidor, um prisioneiro político chamado Jesus de Nazaré,



martirizado porque acreditou que era possível construir um mundo melhor. Em nome de todas as vítimas que lutaram pelos direitos humanos — uma luta que muitas vezes envolve sangue e corpos de quem teve sonhos — nós não podemos perder a utopia. Não podemos perder o sonho nem a prática de resistência diária. Que floresça a beleza, a leveza e a esperança partilhada. Desejo um Bom Natal e que essa esperança se faça na prática, dando oportunidade para que nossa juventude negra e periférica adentre esses espaços. Muito obrigado!